

Ministério da Cultura e Centro Histórico-Cultural Santa Casa apresentam

Saúde TEM HISTÓRIA

Narrativas no Centro Histórico-Cultural
Santa Casa de Porto Alegre



Ministério da Cultura e Centro Histórico-Cultural Santa Casa apresentam

Provedor

Alfredo Guilherme Englert

Vice-Provedores

1º Vice-Provedor: Vladimir Giacomuzzi

2º Vice-Provedor: Antonio Parissi

3º Vice-Provedor: Eduardo José Centeno de Castro

Diretoria Executiva

Diretor Geral

Julio Flávio Dornelles de Matos

Diretor Administrativo

Jader Pires

Diretor de Operações

Oswaldo Luis Balparda

Diretor Médico e de Ensino e Pesquisa

Jorge Lima Hetzel

Diretor Financeiro

Ricardo Englert

Diretor Técnico

Ricardo Gallicchio Kroef

Gerente de Operações – Atividades Acessórias

Márcia Araújo Amico

Coordenadora do Centro Histórico-Cultural Santa Casa

Rosani Maria Porto Silveira

Patrocínio



Realização



Irmandade da Santa Casa
de Misericórdia de Porto Alegre

Centro
**HISTÓRICO
CULTURAL**
Santa Casa



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE
CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA

SAÚDE TEM HISTÓRIA: NARRATIVAS NO CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA DE PORTO ALEGRE

Leonor Baptista Schwartzmann

João Carlos Goldani

Vera Lucia Maciel Barroso

Organizadores

*À querida Marta, minha
admiração e reconhecimento
por seu trabalho e profissionalismo
09/10/2018 Paula Barroso B.J.
Vera*

Porto Alegre

ISCMPA

2018

© **Copyright:** dos autores
1ª edição: 2018

Direitos reservados desta edição

*Irmandade da Santa Casa
de Misericórdia de Porto Alegre*

Revisão linguística

Felícia Volkweis

Capa:

Evellyn Juliane Rosa

Produção gráfica e impressão

Evangraf

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C397s Centro Histórico-Cultural Santa Casa.

Saúde tem história : narrativas no Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre / Centro Histórico-Cultural Santa Casa. – Porto Alegre : ISCMPA, 2018.
344p.

ISBN: 978-85-89782-16-6

1. Saúde. 2. História. 3. Rio Grande do Sul. 4. Hospitais. 5. Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. I. Título.

CDU 981.651:615.478.1

Bibliotecária: Lidiane Marques Gomes
CRB-10/2257

SUMÁRIO

- 09** **PREFÁCIO**
Alfredo Guilberme Englert
- 11** **APRESENTAÇÃO**
Leonor Baptista Schwartzmann, João Carlos Goldani e Véra Lucia Maciel Barroso
- 13** **A MEDICINA NA GUERRA DE TROÍÁ**
Paulo Roberto Prates
- 29** **ORTOPEDIA E ARTE**
Carlos Roberto Schwartzmann
- 45** **ENTRE ACORDOS E DESACORDOS: A BOTICA E OS BOTICÁRIOS DO HOSPITAL DA MISERICÓRDIA DE BRAGA/PORTUGAL (SÉCULOS XVII- XVIII)**
Maria Marta Lobo de Araújo
- 77** **AS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS DEPOIS DE 1822**
Maria Antónia Lopes
- 97** **UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS: DAS ALDEIAS GUARANIS PRÉ-HISTÓRICAS AOS POVOADOS MISSIONEIROS COLONIAIS – REGISTROS DE DOENÇAS E CURA**
Arno Alvarez Kern

- 125 ASPECTOS MILITARES E A MEDICINA NO RIO GRANDE DO SUL**
Blau Fabrício de Souza
- 139 COMO SE FORA SEU SENHOR: ESCRAVIDÃO, SAÚDE E CURA (PORTO ALEGRE, SÉCULO XIX)**
Paulo Roberto Staudt Moreira
- 167 O "ACUDIR" COMO OBJETO E A TRADIÇÃO DAS BENEFICÊNCIAS PORTUGUESAS**
Éverton Reis Quevedo
- 187 DOCUMENTOS OFICIAIS, RELATOS DE VIAGENS E REGISTROS DE MEMÓRIA ESCRITOS POR MÉDICOS ESTRANGEIROS: O EXERCÍCIO DA MEDICINA NO RIO GRANDE DO SUL**
Leonor Baptista Schwartzmann
- 203 ASPECTOS HISTÓRICOS DE ALGUNS TRATAMENTOS USADOS EM PSIQUIATRIA**
Jorge Abib Cury
- 215 DO RIO GRANDE À GRANDE GUERRA: A ATUAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE MÉDICOS GAÚCHOS NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918)**
Cristiano Enrique de Brum
- 233 O PROVEDOR VICTOR DE BRITTO E O DELITO DE REVELAÇÃO DE SIGILO PROFISSIONAL: O CASO AMÉRICO SARAIVA DO AMARAL**
Miguel Frederico do Espírito Santo
- 257 LUIZ FRANCISCO GUERRA BLESSMANN E A CHÁCARA DE VERÃO NA ZONA SUL DE PORTO ALEGRE**
Janete da Rocha Machado

- 269 RUBENS MACIEL**
Carlos A. M. Gottschall
- 287 TRANSPLANTE RENAL NA SANTA CASA DE PORTO ALEGRE: 40 ANOS DE HISTÓRIA**
Valter Duro Garcia
- 303 NA FRONTEIRA DA VIDA: UM BREVE HISTÓRICO DOS CUIDADOS PALIATIVOS**
Fernando Antonio Bobrer Pitrez
- 327 ALGUNS ELEMENTOS PARA PENSAR AS INSTITUIÇÕES HOSPITALARES DO RIO GRANDE DO SUL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DA SAÚDE**
Juliane C. Primon Serres

REFERÊNCIAS

- ALLEN, J. P. *The art of medicine in ancient Egypt*. New York: Metropolitan Museum of Art, 2005.
- DAVIES, M. *The earlier Italian schools*. London: The Trustees of the National Gallery 1961.
- FAGE, L. Hands across time: exploring the rock art of Borneo. *National Geographic*, v. 208, p. 44-45, 2005.
- HODGE, N. *The world's greatest and most popular artists and their works*. London: Carlton Books, 2005.
- JANSON, A. F.; JANSON, H. W. *Iniciação à história da arte*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- KIRKUP, J. R. Nicolas Andry and 250 years of Orthopaedy. *The Journal of Bone Joint Surgery*, v. 73-B, p. 361-362, 1991.
- NUTTON, V. The chronology of Galen's early career. *Classical Quarterly*, v. 23, n. 1, p. 158-171, 1973.
- PINTORES do Barroco. *Wikipedia*, Books LLC, Wiki Series, 2011.
- SPENDE, D. *Grandes Artistas*. São Paulo: Melhoramentos, 2004.



Capítulo 3

ENTRE ACORDOS E DESACORDOS: A BOTICA E OS BOTICÁRIOS DO HOSPITAL DA MISERICÓRDIA DE BRAGA/ PORTUGAL (SÉCULOS XVII-XVIII)

Maria Marta Lobo de Araújo¹

INTRODUÇÃO

A Misericórdia de Braga possuiu desde 1559 o Hospital de São Marcos, que abriu portas em 1508 e encerrou em 2012. Esteve sob a administração da Santa Casa da Misericórdia entre a citada data e 1974, quando foi interencionado pelo Estado. Tem, por conseguinte, uma longa história, que se cruza com a história da cidade e mesmo da região. Deve esclarecer-se que permaneceu ao longo desses mais de 500 anos como o único hospital da cidade, com exceção do hospital da confraria Santa Cruz, criado para os seus membros e que teve vida curta, e dos hospitais militares montados no século XIX, sob a tutela de São Marcos para os períodos das invasões francesas e da guerra civil de 1832-1834. Existe ainda referência ao Hospital das Velhas, mas as informações que possuímos são muito reduzidas e impedem o conhecimento desta instituição.

Esta instituição foi fundada pelo arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532), na data já referida, e integra-se na reforma do setor da assistência levada a

¹ Doutora em História Moderna e Contemporânea pela Universidade do Minho, onde é professora associada com agregação do Departamento de História e investigadora do Lab2PT. Colaboradora do Centro de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa e membro da Academia Portuguesa de História.

cabo por este prelado na cidade. Chegado da diocese do Porto e culto, D. Diogo deixará uma marca indelével em Braga em vários setores. No campo assistencial, fundou este hospital e encerrou duas confrarias, a do Rocamador e a do Corpo de Deus, bem como uma gafaria e o Hospital da Porta Nova, fazendo reverter os seus rendimentos para a nova instituição. Este último hospital era uma pequena instituição medieval que não resolvia o problema dos pobres no alvorecer de 1500, à semelhança do que se passava no resto do reino e na Europa (SÁ, 2014, p. 23-27). Posteriormente, mas em data até hoje não conhecida com precisão, fundou a Misericórdia na cidade, que estava já em funcionamento em 1514, quando recebeu do rei D. Manuel I o compromisso da Misericórdia de Lisboa e alguns privilégios atribuídos pela Coroa à mesma confraria.

O novo Hospital de São Marcos foi dotado de régimento próprio no ano de abertura e entregue à Câmara da cidade para governá-lo. Essa atribuição faz-nos pensar na inexistência da Misericórdia à data (PAIVA, 2014, p. 79-88). O conjunto de normas pelas quais se devia reger não menciona botica ou boticários, nem isso seria de esperar na altura. Apesar de maior e com separação entre doentes e peregrinos e viajantes, São Marcos estava ainda muito marcado pela recepção de pessoas que se encontravam em trânsito pelas mais variadas razões.

Antes de possuir botica, o hospital recorria aos boticários da cidade para lhe fornecerem as mezinhas necessárias aos doentes. No ano em que recebeu o hospital, a Misericórdia gastou muito pouco com as medicinas para os internados, mas o mesmo já não se passou com a cura dos que padeciam de boubas. Todos os meses há menções a dinheiro saído dos cofres para pagar esses tratamentos. Em janeiro, o hospital

[...] despendeo mais nas mezinhas pera outra doente de boubas de Regalados, que ho Senhor Arcebispo mandou curar e mais a hum seu filho e de outra mulher que mora ao Pinheiro de Sam Sebastiam e pera outra mulher de Vieira, todos doentes destas boubas, 700 reis, que curou Inês do Rego (ADB, n.º 657, p. 54v.).

Já no mês anterior, o arcebispo D. frei Baltasar Limpo (1550-1558), grande benfeitor do hospital, tinha enviado dinheiro ao hospital para pagar o tratamento dos doentes de boubas. Nessa altura, São Marcos ainda não tinha em funcionamento as enfermarias que mais tarde abriu para esse tratamento. Os doentes eram tratados em casas de famílias, a quem a instituição pagava.

Também em 1605 o livro de despesas registra gastos muito pouco

significativos com medicinas ou mezinhas, o que, aliás, acontecia com outros hospitais, refletindo o significado do próprio hospital (MAGALHÃES, 2013, p. 453). Havia também boticários que ofereciam a título de esmola uma parte dos medicamentos (RHIEDER, 2012, p. 241-245).

Em junho do ano seguinte, o Hospital de São Marcos mandou pagar as purgas e os xaropes que o médico Pedro Freire ordenou para um pobre do rol da casa (ADB, n.º 657, p. 54v.). Parece que sempre que podia o hospital, também porque nesta altura as suas instalações eram limitadas, ajudava os enfermos a tratarem-se no seu domicílio, como se comprova para outras ocasiões. A assistência da Santa Casa era igualmente desempenhada neste particular em duas vertentes: aos que se encontravam internados no hospital e aos que permaneciam em suas residências.

Sabemos que, em 1651, o boticário que fornecia os medicamentos ao hospital era Manuel Dias de Matos e que abatia um terço no preço cobrado.

A BOTICA E OS BOTICÁRIOS

Embora as boticas se constituíssem como importantes valências nos hospitais da Idade Moderna, nem todos as possuíram, mesmo que delas necessitassem. Esse fato esteve associado a vários fatores. Em Vila Viçosa, por exemplo, o hospital da Santa Casa preferiu comprar os medicamentos aos boticários da vila, negociando os preços, só instalando a botica em finais do século XVIII (ARAÚJO, 2000, p. 692). A situação explica-se igualmente pela concorrência existente entre os profissionais calipolenses, o que resultava em favor da confraria. Foi também apenas em 1787 que a Santa Casa de Ponte de Lima desejou possuir botica própria, o que foi obstaculizado por problemas surgidos com o seu alojamento. Outros hospitais instalaram-nas e encerraram-nas posteriormente por lhes ser mais favorável a compra aos boticários da terra. Houve ainda quem as abrisse, fechasse e reabrisse mais tarde, demonstrando alguma indefinição na política de fornecimento desses produtos aos doentes. Também se conhecem hospitais, que pela sua reduzida dimensão nunca chegaram a ter boticas na Idade Moderna. A administração dessa valência é também diversa consoante as opções seguidas pelos gestores em cada momento.

Os estudos produzidos até o momento sobre as Misericórdias e os seus hospitais possibilitam já reconhecer que mesmo as confrarias de média dimensão procuraram, em finais de 1700, munir-se de botica própria e, com isso, ganhar também autonomia relativamente aos boticários das vilas ou cidades em que estavam sediadas (MAGALHÃES, 2013, p. 456-457; VIÇOSO, 2007, p. 88-89). Esse

movimento está associado ao aumento de doentes nos hospitais, às despesas com o cumprimento dos legados e a alguma instabilidade financeira experimentada com a queda de legados e com a difícil cobrança de juros e pensões.

No entanto, o que se conhece sobre as boticas em geral é muito pouco e talvez menos ainda sobre as dos hospitais das Misericórdias. Faltam trabalhos específicos sobre essas importantes estruturas, embora sejam levemente abordadas em quase todas as monografias produzidas sobre essas confrarias. O panorama é muito semelhante para as boticas conventuais. Acerca das particulares, o desconhecimento é ainda maior. É, por conseguinte, uma área onde se deve e pode investir. Apesar de a história das boticas/farmácias ser pouco conhecida em Portugal quando comparada, por exemplo, com a história da medicina, é certo que projetos recentes têm demonstrado a produção existente, sendo possível traçar o estado da arte e compará-lo com o já realizado na vizinha Espanha (PITA; PEREIRA, 2006, p. 79-88).

Foi na Idade Média que se operou a separação entre médicos e boticários, ficando cada um desses grupos profissionais em esferas separadas, de acordo com as suas competências (LINDEMANN, 2002, p. 215-216).

Por ser um setor que envolvia grandes gastos, mas sobretudo pela sua importância para o tratamento dos doentes, os administradores hospitalares colocavam nele particular cuidado, muito embora os problemas com os boticários não estivessem ausentes.

Apesar de não abundar informações sobre a botica do Hospital de São Marcos da Misericórdia de Braga, sabemos que existiam livros próprios para registro das receitas dos médicos e dos cirurgiões, livros dos produtos comprados, dos medicamentos vendidos para fora e livros de contas, embora haja memória escrita sobre a sua existência. Essa documentação desapareceu e o conhecimento possível encontra-se nos assentos das atas, nos livros de despesa, nas notas tabeliônicas, mas também em alguns dos tombos, ainda que nestes a informação seja escassa.

Com o crescimento do hospital no século XVII, as despesas subiram e tornaram-no dependente da Misericórdia. São Marcos tinha receitas próprias e uma contabilidade autônoma. Era gerido também por um provedor, assessorado por um procurador, exatamente para tratar das rendas, foros e pensões, mas quem superintendia em última instância era a Mesa da confraria. Quando o dinheiro não era suficiente para pagar as despesas inerentes ao seu funcionamento, foi corrente solicitar à Misericórdia que cobrisse o que estava em falta. Por isso, e como uma medida de contenção, mas também de autonomia, em meados do século XVII, a confraria resolveu montar uma botica no próprio hospital.

A botica e os boticários vão tornar-se, ao longo da Época Moderna, um setor muito importante por estarem diretamente associados à cura dos doentes. Assim, as mezinhas ganham cada vez mais visibilidade nesse hospital, mas também em muitos outros. Em Braga eram ainda enviadas às beatas do Recolhimento de Santo António, instituição da Misericórdia, e a alguns pobres que se curavam em suas casas. Apesar de sua relevância, são também fonte de preocupação, por vezes, de desassossego e de conflito.

Em meados do século XVII, precisamente num período em que Portugal se encontrava em guerra com a Espanha, em 1654 começou-se a pensar na instalação de botica própria. Nesse ano, o hospital estava com muitas dívidas e foi a Santa Casa que lhe acudiu com as suas receitas. A pobreza na cidade tinha também aumentado, vagueando nela muitos soldados vindos ou fugidos da guerra. Tal como em outras localidades, as dificuldades eram muitas, acrescidas agora com o esforço nacional de manter exércitos nas fronteiras, principalmente no Minho e no Alentejo (COSTA, 2004, p. 33-43). No entanto, as dificuldades eram já antigas e tinham-se agudizado nas décadas de 1630 e 1640 (OLIVEIRA, 2015, p. 633-654).

No ano seguinte, numa devassa o cirurgião defendeu a aquisição de fogareiros pequenos de barro para aquecer os medicamentos quando necessário, e o médico Jácome Varela queixou-se do boticário, acusando-o de enviar medicamentos mal confeccionados, o que o cirurgião Luís Lopes corroborou. Perante a recusa dos médicos e do cirurgião de receberem os medicamentos por si enviados ao hospital, o boticário, inimigo do cirurgião, enfureceu-se e puxou da espada, à porta do hospital, para atacar Luís Lopes. O assunto foi objeto de pronúncia de vários depoentes, tendo o médico Francisco Saraiva tomado a defesa do boticário referindo não ter queixa das suas mezinhas e ser possuidor de uma botica “muito boa e que não haverá outra melhor” (ADB, n.º 706, p. 47v., 48, 49). Como se comprova, os profissionais de saúde estavam divididos e o boticário era fonte de conflito no interior da instituição, como acontecerá em vários momentos posteriores.

Quem normalmente se queixava da qualidade das mezinhas fornecidas eram os médicos e os cirurgiões. E em 1659 o cirurgião António Ribeiro acusou o boticário de enviá-las com frequência “mal feitas”, o que não facilitava o tratamento dos internados.

A decisão de montar botica própria insere-se exatamente nessa conjuntura difícil em que o reino e o hospital se encontravam. Todavia, parece não se ter instalado nessa altura, talvez pelos motivos apontados. Mais tarde, para abrir

essa valência, foram colocados editais em vários locais da cidade, publicitando o ato e chamando concorrentes para a função. Estávamos em 1683 e na altura foi escolhido João Manuel de Almeida, morador na rua do Souto, de Braga, antigo fornecedor de medicinas ao hospital (CASTRO, 2008, p. 310). Era, por conseguinte, um homem de confiança, conhecido dos gestores da confraria e considerado com um bom desempenho.

Nessa altura, o boticário residia dentro do hospital, numa dependência que lhe estava reservada. A sua moradia encontrava-se no primeiro andar, junto à casa do provedor e do capelão. *Casa* era o termo utilizado para essas dependências (ADB, n.º 471, p. 5).

Após a sua morte, a confraria optou, por se estar num momento em que muitos doentes procuravam o hospital, por comprar medicamentos em simultâneo a vários boticários da cidade, mediante desconto feito pela venda desses produtos, como era comum em outras localidades nos hospitais das Misericórdias.

Pensamos que o encerramento da botica não se ficou a dever somente à morte do boticário, pois essa não era, por certo, razão suficiente. O que estava em causa na época era a situação financeira da Casa e do hospital, pensando-se poupar mais com a compra aos boticários locais. Nas primeiras décadas de 1700, o volume de doentes cresceu, isso é um fato, mas também se fizeram obras de monta em São Marcos, aumentando o complexo e criando melhores condições de acolhimento e tratamento. Logo no começo da centúria, o hospital debatia-se com falta de verbas, tendo o arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) ajudado muito a instituição e solicitado ao Papa, em 1712, que os legados não cumpridos da diocese revertissem a favor de São Marcos, o que foi deferido no ano seguinte. O arcebispo conhecia bem a situação hospitalar, pois tinha sido provedor da Misericórdia entre 1709-1712.

Devido às obras em curso, ao volume crescente de doentes e à escassez de receitas, a opção foi a de encerrar a botica e comprar as medicinas dos boticários locais, pois faziam agora um desconto de 50%. Embora esse fosse o abatimento feito pelos boticários a muitos hospitais, não se verificava em todos. Havia quem vendesse por apenas um terço mais barato, o que originou reivindicação de maior abatimento pelas Misericórdias envolvidas. A descida e a disparidade do preço praticado estavam associadas, por um lado, à concorrência em termos locais, mas igualmente à noção de obtenção de grandes lucros por parte dos boticários, assim considerada pelos administradores hospitalares (BARREIRA, 2002, p. 277-278).

A cidade contava na altura com vários boticários e, para além do fato, havia conventos dotados de botica própria, que forneciam medicamentos (ARAÚJO, 2010, p. 44-56; MARQUES, 2008, p. 25-58).

Com o aumento do volume de doentes, a compra de medicamentos cresceu substancialmente, fato que impossibilitou a confraria de pagar atempadamente aos boticários seus fornecedores. Em 1703, deviam-se 200 mil réis e “outras dívidas” ao fornecedor das mezinhas; e passados cinco anos a dívida a Pedro Henriques de Magalhães era antiga e referente “a medicamentos que elle tinha dado já a muitos anos” (ADB, n.º 10, p. 192v., 311). Passado pouco tempo após essa constatação, a confraria decidiu despedir esse profissional por constatar a sua velhice e dificuldade de visão, pagando-lhe 30 mil réis que estavam em atraso (ADB, n.º 10, p. 316). Ou seja, apesar de ter um desconto considerável nas mezinhas fornecidas, a Santa Casa não conseguia pagar atempadamente aos seus fornecedores, acumulando dívidas. Esse fato foi recorrente ao longo dos anos 1700.

Uma petição chegada à Mesa em 1726 dá conta de uma realidade até então desconhecida. Um boticário da cidade pedia um lugar vago, alegando ser um costume antigo da confraria ser servida por dois boticários, o que acabou por alcançar na “metade do partido” (ADB, n.º 11, p. 111). Talvez para satisfazer os pedidos, a Santa Casa colaborava com dois boticários, sendo sempre atendida quando um deles falhasse. Por outro lado, como alguns deles eram seus irmãos, tratava-se de uma estratégia de lhes proporcionar trabalho e lucro.

No entanto, em 1733, por “ter aumentado muito o numero de doentes que ao Hospital de São Marcos concorrem e ser grande o gasto que por esse respeito nas Boticas se fazião de remedios”, os mesários decidiram construir uma botica, tal como “já antigamente ouvera” (ADB, n.º 645, p. 13). Os gestores argumentavam com melhores serviços para os doentes, uma vez que o boticário responderia com maior prontidão, assim como seriam de melhor qualidade, pois trabalharia sob o olhar atento dos responsáveis hospitalares. O assunto foi amplamente debatido, exigindo “maduro conhecimento da matéria e consulta de médicos e deputados”, ou seja, a decisão envolveu os especialistas, mas também os deputados da Casa, de maneira a consensualizar posições, mas ainda a responsabilizar os mais diretamente envolvidos. O objetivo era dotar o hospital de autonomia nessa área, mas igualmente servir a população e, com isso, realizar algum lucro.

Logo no início do ano de 1734, os mesários levantavam a questão de conseguir dinheiro para o “provimento da Botica que se ha de ideficar no Hospital”;

todavia, como não o possuíam, autorizaram o tesoureiro a solicitar a juro 500 mil réis para o efeito. O provedor do hospital foi encarregado de mandar fazer a obra quer de pedraria, quer de carpintaria, para instalá-la (ADB, n.º 12, p. 348v.). Entretanto, nos meses seguintes, assiste-se ao pagamento de algumas obras a carpinteiros e a um pintor da obra que estava em curso, embora em simultâneo andassem também obras de remodelação na tribuna do altar-mor da igreja do hospital, onde se encontrava a trabalhar o escultor bracarense Marceliano de Araújo (ADB, n.º 13, p. 16v.-17). Apesar da aparente falta de dinheiro para a instalação da botica, a confraria mantinha um programa de reforma da igreja em ação, o que parece demonstrar bem as prioridades existentes.

As referências à botica são escassas ao longo do ano, mas sabemos que estava em funcionamento e que em setembro de 1734 o boticário foi autorizado a enviar os medicamentos necessários ao filho do servo da Casa, sendo as receitas assinadas pelo provedor do hospital (ADB, n.º 13, p. 30v.-31). Os medicamentos eram remetidos gratuitamente, mas, para o efeito, era preciso que as receitas fossem validadas pelo provedor de São Marcos, controlando, dessa forma, o processo.

A decisão de possuir botica própria esteve quase sempre associada a motivos financeiros. Os administradores das Misericórdias lamentavam a despesa efetuada nesse setor, principalmente quando os doentes começaram a registrar um número mais elevado, embora nem sempre os objetivos iniciais tenham sido consagrados de êxito. Quando, em 1702, a Misericórdia de Guimarães tomou a decisão de ter botica própria, alegou precisamente os volumosos gastos com medicamentos; todavia, no período estudado, as despesas foram superiores às receitas (COSTA, 1999, p. 159-160).

Antes mesmo da decisão final, os responsáveis de São Marcos estavam já apalavrados com o boticário mor António de Almeida Barreto, da cidade de Coimbra, para lhe entregarem a botica, com a condição de mantê-la bem recheada, podendo responder a qualquer solicitação do hospital e vender ao público, sendo este rendimento totalmente entregue à Santa Casa. O boticário ganharia anualmente 200 mil réis, pagos em quatro parcelas, mais carvão e lenha, ficando obrigado a ter um praticante como seu ajudante, que remuneraria do seu bolso (JARDIM, 1997, p. 128). Quando não conseguiam realizar o trabalho sozinhos, os boticários agregavam um ou mais ajudantes, aos quais pagavam um salário. Alguns possuíam também criadas, mas nem sempre essas mulheres cumpriam as normas. Em 1734, o boticário foi advertido pela Mesa para expulsar a sua criada por falta de decoro (ADB, n.º 13, p. 36v.). A experiência acumulada em outras

boticas ou em estabelecimentos próprios foi muito importante até o momento em que o certificado de aprovação para o exercício da função facilitou a abertura de portas (ABREU, 1999, p. 389). No entanto, em caso de necessidade de mais um ajudante, o referido boticário podia solicitá-lo à Mesa, embora para tal tivesse de apresentar lucros substanciais.

A botica, formada por várias assoalhadas, ia além de ser um espaço de manipulação de produtos, fornecimento de mezinhas e venda, pois era nele que os ajudantes aprendiam a profissão. Só depois da aprendizagem podiam submeter-se a um exame perante o físico-mor (ESTEVES, 2014, p. 13-13; BRAGA, 2001, p. 49). Mesmo assim, e apesar do exame, o controle exercido sobre essa profissão era muito pequeno e não eram poucos a exercê-la sem o citado exame, o que se verificava também com outras profissões dessa área (ABREU, 2013, p. 319).

Após a reforma do Marquês de Pombal, os interessados podiam aceder à profissão através da formação recebida na Universidade de Coimbra durante dois anos e quatro como praticantes numa botica. Só depois desse percurso estavam aptos a fazer exame na Universidade (PITA; PEREIRA, 2012, p. 236).

O fraco desenvolvimento da ciência farmacêutica até esse período esteve também ligado ao estado em que se encontrava o restante ensino e, no caso da medicina, fortemente associado às teorias de Galeno, Avicena e Hipócrates (DIAS, 2007, p. 17-18).

Em Braga, ficou estipulada no contrato do citado boticário, feito no notário, a entrega de contas mensalmente ao provedor do hospital ou à Mesa, bem como de tudo o que ela continha quando a largasse. Aliás, esse procedimento parece ter começado alguns anos antes e configura um mecanismo de acompanhamento e controle feito pela instituição. O contrato era válido por cinco anos desde que houvesse boa informação sobre os serviços do boticário; caso contrário, podia ser denunciado pela confraria. Continha mais uma cláusula visando diretamente ao abastecimento da botica: o boticário estava obrigado a informar a Mesa das faltas que esta apresentasse e, se no prazo de oito dias não fossem diligenciadas, podia adquiri-las, apresentando contas no final do mês aos citados responsáveis. Ou seja, usava de alguma liberdade, ainda que muito condicionada. Não raro, eram mandadas vir drogas de Lisboa para abastecer a botica, sendo a encomenda feita, por vezes, através dos padres jesuítas (CASTRO, 2008, p. 314). O porto da capital era um dos importantes locais de recepção de medicamentos vindos do exterior, principalmente do Oriente e da América espanhola, na segunda metade do século XVIII (ALMEIDA, 2017, p. 88-95). Esses circuitos

estão associados a formas de encarar o tratamento do corpo e ao avanço da medicina (CHAKRABARTI, 2010, p. 19).

No entanto, para além dos produtos que adquiria em Lisboa, a Santa Casa abastecia-se também nos droguitas da cidade, alguns deles seus irmãos. A pertença à confraria não era apenas dos droguitas, alguns boticários eram igualmente seus membros, como acontecia com outros assalariados.

O referido boticário aceitou essas condições e deu como fiança todos os seus bens, o terço da sua alma e mais 300 mil réis em dinheiro (ADB, n.º 645, p. 13v.). Como apresentou esse montante em numerário, não foram necessários fiadores.

O registro das receitas dos médicos e cirurgiões, mas também de tudo o que possuía a botica, quer das drogas, quer de materiais, existiu e pelo menos foi determinado em livros próprios, mas infelizmente estes não se conservam na atualidade, como mencionamos.

No novo contrato assinado com o mesmo boticário em 1739, foram mais bem explicitadas as vantagens de ter botica própria: maior comodidade para os doentes; remédios prontos atempadamente; “frescos e feitos das melhores drogas”; não haver troca de remédios; lucro existente nos primeiros cinco anos; bons serviços do boticário afiançados pelos médicos e por outros boticários; entrega de contas nos tempos combinados – o que fazia do boticário uma referência que merecia a renovação do contrato (ADB, n.º 671, p. 159). As informações contidas no documento dão conta do escrutínio a que o boticário e a botica estavam sujeitos pelos gestores do hospital e mesários, que no ano seguinte lhe foram tomar contas (CASTRO, 2008, p. 308).

O estabelecimento seria visitado pela Mesa e o boticário apresentaria um balanço e a contabilidade respeitante aos cinco anos do contrato. Nessa altura, essa valência era regulamentada por um regimento feito pelo órgão diretivo da Santa Casa, mas que também desconhecemos. O escrutínio a que estavam sujeitos a botica e o boticário acontecia em todas as Misericórdias dotadas dessa valência e estava diretamente relacionado com a necessidade de o órgão gestor controlar um setor muito sensível dentro da instituição.

Em 1741, nem tudo corria bem com a botica. O boticário não apresentava contas atempadamente, tendo sido ameaçado de os remédios serem encomendados aos padres da Companhia de Jesus caso não o fizesse num prazo de uma semana. Os anteriores elogios estavam agora sob sérias dúvidas e nem tudo agradava os irmãos. Os mesários decidiram, em 1742, chamar pessoas consideradas entendidas para fazer novo contrato com o boticário, começando-se a pensar no

arrendamento da botica. O paradigma estava em mudança e a Santa Casa tratava de explorar essa valência de maneira que considerava mais vantajosa. Por isso, decidiu arrendar a botica ao boticário, lavrando nova escritura. Na ocasião, os irmãos, reunidos com os conselheiros, apresentaram um borrão da escritura, mas o boticário não aceitou as cláusulas nele contidas, solicitando autorização para mostrá-lo a pessoa por si considerada mais capacitada para analisá-lo. Perante essa hesitação, decidiram que, na eventualidade de o boticário não aceitar o novo contrato, suspenderiam a compra de medicamentos e mandariam adquiri-los ao colégio da Companhia de Jesus (ADB, n.º 13, p. 257v.). Após alguns dias, o boticário resolveu fazer negócio com a confraria e assinar a escritura, mas as suspeitas existiam em ambos os lados. Nela, as partes anulavam o contrato assinado em 1739. Para tal, os mesários aduziam “por justos e onestos motivos que a hisso os movia”, parecendo-lhes ser mais útil e conveniente ao hospital. No entanto, estava em causa o atraso de 115.737 réis ao boticário, o que parece significar que a botica não rendia o suficiente para pagar os custos. O seu arrendamento foi efetuado por um período de cinco anos e foi nesse enquadramento que se elaborou o rol da botica.

Quadro 1 – Inventário da botica em 1741

Objetos	Quantidade	Características/funções
Vidros para infusões	25	Grandes
Vidros	75	Médios
Vidros	77	Para xaropes
Vidros	40	Pequenos
Vasos	26	Grandes
Vasos	48	Pequenos
Alambiques	6	Cobre
Alambiques	2	
Retorta	1	
Louça de olaria		De Coimbra
Panelas	31	Grandes
Panelas	31	Ordinárias
Vasos	40	Médios
Vasos	24	Pequenos
Louça		Latão
Caleta	1	Latão
“Coadeira”	1	
Quartilho	1	
Onça	1	
Meia onça		
Candeeiro	1	Grande “de quatro lumes”

Almofarizes de latão, chumbo, pedra, mármore e pano		
Gral de marfim	1	
Tacho de cobre	1	Grande
Tachos de latão	2	Grandes
Tachos de latão	2	Pequenos
Escumadeira de latão	1	Grande
Escumadeira de latão	2	Pequena
Fogareiro de ferro	1	Grande
Fogareiro de ferro	1	Pequeno
Tampa para o fogareiro	1	Pequeno
Fogareiro de barro	1	Pequeno
Fogareiro	1	De destilar
Pedra para preparar com sua moleta	1	
Prensa com pratos de estanho	1	Para espremer os sumos
Escabelos	2	Pinho
Escabelos	3	De encosto
Escabelo	1	Raso
Bancos	5	Pinho
Escada de mão	1	
Peneiras	3	Ordinárias
Peneira	1	De coar
Peneira	1	De coar cabelo
Oitavas	2	
Funis	2	
Funis	2	De folha
		Roupa e toalhas de linho
Varas de pano	3	
Coadores	6	De estopa, quadrados
Coadores	4	
Espátulas	2	
Caixa	1	Estanho
Balanças		Pequenas, para o mostrador
Marco	1	De seis arráteis
Marco	1	De arráteis de bronze
Tesoura	1	
Faca	1	Flamenga
Folhas	2	De barro
Imagem de São João Marcos	1	Na estante envidraçada

Fonte: ADB, Nota Geral, livro n.º 680, p. 21, v. 22

Existia ainda um regimento e a *Farmacopea de Dom Caetano e Felix Palacius*. A Farmacopeia Lusitana de D. Caetano de Portugal teve a sua primeira edição em 1704 e posteriores reedições em 1711, 1725 e 1754 (PITA, 1996, p. 170-175).

A presença da imagem do patrono do hospital mantinha-se em todos os inventários conhecidos e servia como protetor da estrutura. No total, a botica foi avaliada em 215.796 réis, montante não muito elevado para uma valência tão importante como era. Para além do uso, o boticário pagava ainda 3.600 réis anuais aos irmãos de renda de uma estante. Realçamos, todavia, que o inventário, ou balanço, como é denominado nas fontes, não refere produtos, apenas utensílios e a qualidade ou estado deles. O mesmo se repetirá nos seguintes conhecidos.

Através do contrato de arrendamento, o boticário obrigava-se a fornecer os medicamentos ao hospital, quer de medicina, quer de cirurgia, pela metade do preço. O estabelecimento era inspecionado por um boticário da terra e outro de fora, sendo um escolhido e pago pela Santa Casa e outro pelo arrendatário. O hospital vinculava-se a fornecer-lhe um local para depósito das lenhas e outro para as destilações, enquanto o boticário se comprometia a ter a botica fornecida dos produtos necessários às mezinhas para os enfermos internados e para vender ao exterior.

Quando morreu, António de Almeida Barreto contava com 57 anos de idade. Durante o tempo em que esteve à frente da botica, o seu desempenho foi sempre muito bem avaliado pelos que depuseram nas devassas. Todavia, em 1740, o próprio boticário informou estar a ser visado pelo tesoureiro do hospital devido à elevada despesa feita com lenha, azeite, velas de sebo, açúcar e outros produtos não identificados, afirmando que a pertinência dos gastos seria posteriormente avaliada pelos “revedores” das contas (ADB, n.º 707, p. 65v.). O boticário parecia descansado quando à acusação que lhe era feita em termos pessoais, pois estava seguro dos seus serviços.

Após a sua morte, a viúva, Josefa Maria Caetana de Sousa, residente da rua de Trás do Hospital, subalugou em 1746 a botica a António Francisco da Silva, ajudante de seu marido. O contrato tinha o tempo de validade anterior, ou seja, de cinco anos, ficando António da Silva a pagar-lhe anualmente 72.500 réis, realizados em duas parcelas, e de surtir do necessário o estabelecimento. Porém recaía ainda sobre ele a obrigação de dar ao hospital os juros que ela e o seu marido estavam obrigados a pagar em caso de incumprimento do pagamento da renda. Tinha também de prestar contas aos administradores de São Marcos na modalidade já enunciada nos contratos anteriores.

No entanto, com falta de capacidade para resolver todos os problemas financeiros, a instituição não pagava os medicamentos à boticária atempadamente, e esse deve ter sido um dos motivos do desentendimento entre as partes.

O ano de 1746 foi pródigo em informações de mal-estar entre a Santa Casa e a boticária.

As mulheres estavam habituadas a trabalhar desde pequenas, principalmente as que não pertenciam aos grupos privilegiados da sociedade. Atuavam como criadas, amas, cozinheiras, lavadeiras e em muitos outros ofícios que as ligavam ao mundo rural, sendo sempre ativas e produtivas. Nas cidades, trabalhavam ao lado dos maridos nos ofícios ou em variadíssimas ocupações, como, por exemplo, no comércio. Não era raro as filhas seguirem os trabalhos dos pais e em muitas situações ficarem com os negócios deles, principalmente após a sua morte. O mesmo acontecia com as mulheres viúvas. Todavia, em vários ofícios, embora pudessem ficar com o negócio do marido, não o podiam exercer diretamente, mantendo-o através de oficiais assalariados (HUFTON, 1991, p. 67-68).

Sem conhecermos exatamente as razões sobre o que se passava na botica de São Marcos, a não ser o término do contrato, embora saibamos que não teria sido só esta, a Misericórdia avaliou muito mal o desempenho anteriormente dos colegas por terem arrendado a botica à referida viúva e, em 1749, efetuou novo contrato com o boticário António Francisco da Silva, isto é, o boticário que já exercia na botica. Deu três homens como fiadores e estiveram presentes, para além dos membros da Mesa da Santa Casa, duas testemunhas. Apesar de manterem contrato com um homem já conhecido, os irmãos limitaram o prazo, passando agora a ser apenas de um ano. Essa alteração de fundo foi tomada em 1748, em Mesa, e era muito vantajosa, uma vez que, em caso de descontentamento, a escritura caducava após pouco tempo.

Na ocasião em que os mesários decidiram assumir contratos anuais com todos os seus assalariados, o hospital conhecia uma situação de indisciplina em vários setores, e a botica, com os problemas que se arrastavam com Maria Josefa, tinha agastado a confraria. Por isso, acordaram não reformar o contrato com a dita senhora “nem com outra pelos irreparáveis danos que a mesma caza tinha experimentado”. Já em julho de 1746 a Mesa tinha considerado a boticária mulher ignorante no ofício, acordando não lhe renovar o contrato no momento nem no futuro (ADB, n.º 14, p. 13v.). A Santa Casa estava convencida de que o trabalho de uma botica não era para o sexo feminino e tinha descoberto que os contratos feitos com a boticária tinham sido danosos para a confraria. Em simultâneo, os irmãos determinaram que futuramente se fizessem contratos apenas anuais com boticários, verificando-se igual situação com todos os assalariados da instituição (ADB, n.º 14, p. 13v.). Num período de pouca acalmia em alguns

setores, e de grandes despesas, impunham-se medidas que favorecessem a confraria, mantendo contratos mais curtos.

Na sequência, a boticária respondeu a uma acusação de ter em seu poder balanço feito, afirmando não o possuir, embora o documento tivesse desaparecido do cartório da confraria. As partes estavam extremadas e em conflito aberto (ADB, n.º 14, p. 17). Perante a situação, foi resolvido fazer uma devassa na tentativa de encontrar os responsáveis do desvio do balanço e do livro das contas. Esses instrumentos eram fundamentais para qualquer outra ação futura relativa à botica. Na devassa ficou-se também a saber que a boticária estava em colisão com o boticário, por ter introduzido sem seu consentimento um ajudante na botica, o qual fazia mal os medicamentos, falsificando-os e trocando-os. Apesar de repreendido com frequência, esse assalariado respondia que agia em nome da boticária, mandando proceder tal como seu marido, o que dificultava as relações e levou a Santa Casa a expulsar o rapaz e a advertir a boticária para procurar outro “capaz” e obediente à confraria. A Mesa deu ainda oito dias à boticária para substituir o praticante, porque, caso não o fizesse, fá-lo-ia o órgão diretivo. Nessa altura, os avaliadores constataram, quando da elaboração do inventário, que a botica estava totalmente desprovida de remédios e drogas para confeccioná-los, o que já tinha sido reiteradamente transmitido à boticária. Como não tomasse nenhuma diligência, a Mesa resolveu de imediato comprar produtos em outras boticas da cidade. Foi ocasião também para diligenciar novos procedimentos relativos às receitas dos cirurgiões e médicos, para, no caso de não existirem os medicamentos na botica, serem procurados em outras, depois destas serem assinadas pelo boticário (ADB, n.º 14, p. 21-21v.). O conflito com a boticária impediu que ela substituísse o ajudante expulso, tendo a Mesa que o fazer. O contencioso era mais profundo do que aparentemente se apresenta, uma vez que parte do desentendimento provinha das dívidas que a Santa Casa tinha com essa boticária. Em outubro de 1746, devia-lhe dinheiro de 1744 e não tinha como saldar a dívida. As despesas eram muitas com os doentes e o dinheiro não chegava para tudo, porque a chegada dos rendimentos dos juros e pensões também se atrasavam.

A ocultação de contas e de livros aparece como sendo um mal permanente. Por diversas vezes, os irmãos constataram essa realidade, mas o certo é que nunca a resolveram, preferindo ir doseando a situação com panaceias momentâneas. Em 1748, reconhecia-se uma vez mais a necessidade de existir “grande cautela” durante o balanço da botica, que deveria ser guardado na arca dos livros, uma vez que tinham sido já “ocultados varios termos e adsoins de

aparecer o dito livro” (ADB, n.º 14, p. 63-63v.). Ou seja, o livro estava fragmentado, encontrando-se truncado. Mesmo assim, era preciso protegê-lo para que os interesses da Casa não fossem mais depauperados.

Com falta de recursos, a confraria foi deixando de pagar à referida boticária e, em 1750, faltava ainda ressarcir-la de 423.500 réis, montante elevado que a instituição não possuía, tendo os mesários acordado pagar quando lhes fosse possível (ADB, n.º 14, p. 197).

O boticário aceitou novas cláusulas, acrescentando-se que apenas seria pago após o livro de registro de receitas dos profissionais de saúde do hospital ser auditado por um médico do hospital. Sobre os medicamentos para o tratamento do gálico, recordava-se o acordado na Mesa de janeiro de 1741. Estavam em causa as dúvidas que os “revedores” das contas dos livros da botica tinham levantado. No rol de livros entregues, foram mencionados nove livros de receitas da botica, sendo sete de medicina e dois de cirurgia, bem como os três contratos feitos com o boticário, as curas do gálico e o balanço da botica. A Mesa ordenou ao provedor do hospital a procura de pessoas entendidas para aconselharem sobre os reparos feitos pelos peritos de contabilidade. Na sequência, foram induzidos a realizar nova escritura contratual com o boticário e, na eventualidade de este não aceitar, deveriam expulsá-lo e arrendar a botica (ADB, n.º 14, p. 246-246v.).

Sem conseguirmos reconstituir os passos seguintes, sabemos que em junho de 1748 o boticário António Francisco residia no hospital e, por isso, foi-lhe também atribuída a tarefa de ser hospitaleiro dos peregrinos (ADB, n.º 14, p. 114). Essa atribuição é bem demonstrativa da falta de formação do boticário e das funções a que se comprometia, ganhando algo mais pelo novo trabalho.

Considerando o aumento do número de doentes do gálico que acorriam nessa altura a São Marcos, era importante, primeiramente, possuir mezinhas suficientes e, segundo, tentar conter os gastos. Esse hospital recebia doentes de toda a diocese, era o único no Minho que praticava estes tratamentos, o que o tornava muito procurado, vindo a ele pessoas infectadas desde Trás-os-Montes, Noroeste, até o Baixo Minho. Abria duas vezes no ano as suas enfermarias: na primavera e no outono; mas em cada uma procedia a vários turnos de cura, devido à pressão exercida pelos doentes sobre o hospital (ARAÚJO, 2014, p. 31-53).

Sublinhava-se ainda a necessidade de dar medicamentos “bons e capazes” e alertava-se para que na botica não existissem medicamentos considerados “incapazes” (ADB, n.º 171, p. 170). Em contrapartida, o boticário queixou-se da falta de utensílios para a botica funcionar, tendo os administradores da Santa Casa ficado vinculados à promessa de fornecê-los.

Na ocasião de lavrar nova escritura com o citado boticário, foi realizado outro inventário, como forma de responsabilizá-lo no final de cada ano. O boticário mantinha a queixa anterior, obrigando-se os administradores da Santa Casa a cederem-lhe os existentes, contidos no rol.

Quadro 2 – Inventário da botica em 1749

Objetos	Quantidade	Características/funções
Vidros para infusões	25	Grandes
Vidros	72	Médios
Vidros	72	<i>Xaropeiros</i>
Vidrinhos	12	Pequenos
Louça de vidro		Veio da Olaria de Coimbra
Vasos		Pequenos
Vasos	23	Grandes
Alambiques	7	
Alambiques	2	De vidro
Retorta	2	De vidro
Louça		De barro
Almofarizes	2	De latão
Almofarizes	2	De pedra
Almofariz	1	De estanho
Almofariz	1	De mármore
Almofariz	1	De bronze
Mão de almofariz	1	De ferro
Panelas		Pequenas e ordinárias
Tachos	2	De latão grandes
Tachos	2	De latão pequenos
Escumadeira	1	Grande
Escumadeira		Latão com rabo de ferro
Fogareiro	1	Barro
Fogareiros	2	
Marco	1	De bronze de 2 arrâteis
Funis	2	
Funil	1	De quartilho e meio
Balanças		Grandes com casco de cobre
Espátulas	2	
Gral	1	Marfim
Caleta	1	
Onças	2	
Onça	1	
Onça	0,5	
Tesoura	1	
Faca	1	Flamenga

Folha	1	De barro
Abanador	1	
Escabelos	2	
Varas de pano para coadores		De linho
Varas	11	De estopa
Mesa	1	De pinho
Prensa	1	De espremer os sumos, com prato de estanho
Peneiras	8	Finas
Candeeiro	1	De latão, com quatro lumes
Pedra	1	Para preparar com sua moleta
Caixa	1	De estanho
Escada	e	De mão
Imagem de São João Marcos	1	Na estante envidraçada

Fonte: ADB, Nota Geral, livro n.º 711, p. 170

Existia ainda o regimento e *Felix Palaciu e Pharmacoepa de Dom Caetano*. Os trates e móveis foram avaliados em 189.230 réis, acrescentando-se que o boticário assistiu à confecção do inventário, sabendo, por isso, que “o valor é justo”. Pagaria ainda mais 3.600 réis em relação à estante e a uma mesa grande. O valor dos medicamentos existentes era de 240.070 réis. No total, estavam envolvidos 429.300 réis, montante que ficava à razão de juro de 5% em caso de falta de pagamento.

O valor atribuído à botica confirmava as palavras do boticário ao reclamar mais utensílios para preparar os medicamentos. Na verdade, passados poucos anos, a botica estava delapidada e valia menos. Uma análise comparativa entre os dois inventários demonstra a degradação dessa estrutura, o que não seria de esperar se tivémos em consideração as exigências colocadas ao hospital, embora compreensível devido talvez à falta de conhecimento da arrendatária.

António Francisco da Silva hipotecou todos os seus bens e comprometeu-se a respeitar o contrato e pagar todas as perdas e danos ao hospital (ADB, n.º 711, p. 171).

Contrariamente ao verificado no hospital da Misericórdia de Penafiel, onde os boticários permaneceram na botica do hospital por períodos longos, em Braga, isso não se verificou, e a redução dos contratos de cinco para um ano prova exatamente a cautela posta nas escrituras lavradas no notário, prevendo futuros problemas (FERNANDES, 2016, p. 381-441). Dessa forma, a Santa Casa tinha a faculdade de, em tempo curto, poder dispensar o boticário.

As informações que possuímos para 1751 dão conta da assinatura de um novo contrato com o boticário José Álvares de Araújo Costa por mais um ano, por nele concorrerem os requisitos necessários. O contrato assinado com António Francisco da Silva tinha sido denunciado pelo próprio passado um mês, sendo necessário prover a botica com novo profissional. Nele se acrescentava que, por falecimento do boticário ou por rompimento do contrato, o hospital receberia os medicamentos simples e compostos da botica, de acordo com o inventário, sendo 240.070 réis, bem como o resto que nela se encontrasse (ADB, n.º 718, p. 78-78v.).

Em 1752, no contrato assinado entre as partes, sente-se algum desconforto por parte do boticário em assinar escrituras anuais, revalidando a escritura. Porém os mesários confessavam sentir-se impedidos de alargar a prestação de serviços devido a uma anterior decisão tomada em 1748, que não desejavam revogar (ADB, n.º 722, p. 35v.). As fontes referentes ao contrato de 1754 apresentam uma escritura muito semelhante à de 1751 (ADB, n.º 728, p. 127v.).

A botica manteve-se na mão desse homem nessas condições até 1756, data em que, a seu pedido, foi efetuada uma retificação ao contrato. Na ocasião, apresentou como fiadores Caetano Luís Pereira e Marcos António, ambos moradores na rua das Águas, em Braga, hipotecando, tal como o boticário, todos os seus bens e o terço de suas almas. Devido a obras de remodelação no hospital, o local onde estava a funcionar a botica tinha de ser derrubado e essa estrutura colocada num outro sítio, ficando o boticário acomodado onde pudesse ser, dentro do hospital (ADB, n.º 738, p. 123). Na eventualidade de não lhe interessar, alugaria residência onde lhe fosse mais conveniente, o que naturalmente causaria problemas à instituição, sobretudo quando fosse necessário fornecer mezinhas de noite. Essa é a primeira vez que surge a menção ao fato de o boticário residir dentro do hospital, embora houvesse a possibilidade de ter casa fora dele.

No ano seguinte, existe uma retificação ao contrato acordado nesse ano referente às obras da botica e à casa do boticário (ADB, n.º 742, p. 156). Os contratos assinados em 1758 e 1759 não trazem novidades e apresentam, tal como os anteriores, os mesmos fiadores (ADB, n.º 746, p. 189; n.º 751, p. 36).

O resultado não deve ter sido satisfatório, porquanto, em 1760, é redigido novo contrato com Manuel Correia da Costa, boticário da cidade. A escritura lavrada seguia no essencial os contratos anteriores no que diz respeito aos medicamentos fornecidos tanto para o interior de São Marcos quanto para fora.

[...] que no caso de os medicamentos não serem feitos conforme as receitas nem seguindo a Arte em tal cazo poderão os senhores da meza libremente mandar buscar todos os ditos medicamentos e os necessários para os enfermos a qualquer botica para que não suceda haver na botica remedios encapezes poderão eles senhores dar lhe balanco as vezes que julgarem ser necessário [...] (ADB, n.º 756, p. 11v).

O aviso procurava incentivar o boticário ao cumprimento das cláusulas assinadas e evitar que o desleixo se instalasse numa valência tão importante como era a botica. No caso de existir mais do que um balanço anual, os encargos ficariam por conta do hospital. O boticário tinha botica própria aberta na cidade e onde permaneceriam os seus praticantes. Com esse contrato, estava a alargar o seu negócio, mas precisava de todos os utensílios e móveis da botica do hospital para funcionar. O contrato foi assinado com base no inventário feito nesse ano pelo Dr. António Pereira de Magalhães, Manuel da Silva e Inácio Luís Monteiro.

Quadro 3 – Inventário da botica em 1760

Objetos	Quantidade	Características/funções
Vidros para infusões	25	Grandes
Vidros	76	Médios e alguns pequenos
Vidros	88	Xaropeiros
Vasos de vidro	38	Grandes
Vasos de vidro	74	Pequenos
Vasos	21	Pequenos
Vasos	23	Grandes
Alambiques	1	Inteiro de vidro
Alambiques		De cobre
Retorta	1	De vidro
Louça		De barro
Almofariz	1	De latão
Almofariz	1	De pedra
Almofarizes	2	Pequenos, de latão
Almofariz	1	De mármore
Almofariz	1	Quebrado
Mão de almofariz	1	De ferro
Panelas	30	Grandes
Panelas	12	Ordinárias
Panelas	23	Pequenas
Varas		De estopa
Coadores de branqueta		

Peneira	1	De seda
Peneiras	4	De cabelo
Redomas		
Aros	5	De tamis
Escumadeiras	2	
Fogareiros	4	De barro
Fogareiro	1	De destilar
Faca	1	Flamenga
Folha	1	Barro
Aparelho de medidas	1	Latão de quartilho e meio
Onças	2	
Caletas	2	Uma de cobre
Candeeiro	1	De quatro lumes
Funis	2	
Leiras	3	De esparto
Marco	1	De dois arrátéis
Escabelos	2	De pano rasos
Escabelos	2	De encosto
Folha	1	Da Flandres
Mesa	1	De pinho
Mesa	1	De preparar <i>com sua moleta</i>
Escada	1	De mão
Gral	1	De marfim
Gral	1	De <i>pedra mor</i>
Louça		De olaria de Coimbra
Imagem de São João Marcos	1	Na estante envidraçada

Fonte: ADB, Nota Geral, livro n.º 757, p. 12.

Continuavam a ser mencionados o regimento e *Felix Palaciu e Pharmacopeia de Dom Caetano*. É, contudo, de estranhar que não existam outras farmacopeias e que os boticários não se equipassem melhor em termos teóricos, como se verificou em outras boticas. Reconhecemos, todavia, que a farmacopeia ganhou força somente em finais dos anos 1700 (CRISTÓVÃO; AMORIM, 2008, p. 106-107).

A botica valia no momento 185.905 réis, valor muito próximo da anterior avaliação, o que sugere pouco investimento nesse setor, como se pode verificar através dos quadros. Assinala-se, contudo, que essa valência parece agora um pouco melhor surtida. A Misericórdia alugava a casa da botica pelo preço de 12 mil réis anuais e toda a botica por 503.681 réis, por um ano, obrigando-se o boticário ao cumprimento das cláusulas assinadas com os seus colegas anteriores (ADB, n.º 757, p. 12v.-13). Nessa altura, é seguro que o boticário morava dentro do hospital, sendo uma exigência da confraria. Todavia, nem todos os hospitais procediam de igual forma quanto a esse particular, apresentando-se alguns mais

flexíveis, não exigindo pagamento pelo espaço residencial ocupado (RAMOS MARTÍNEZ, 1989, p. 296).

Cumprindo o estipulado, a Mesa renovou os contratos com o boticário pelo menos em 1762, 1763 e 1765 em moldes semelhantes e com os mesmos fiadores. Em 1763, o boticário Manuel Correia da Costa solicitou o não pagamento dos 12 mil réis de renda da casa, no que foi atendido, “por algumas razões e circunstâncias” que não foram dadas a conhecer. Acreditamos que o mesmo se tenha verificado no ano seguinte, mas não tivemos acesso à escritura notarial. Contudo, em 1765, perante as quatro propostas apresentadas, empataram em votos António Carvalho Farinha e José António Correia da Costa. Frente à situação, o provedor alegou não se poder deliberar, fazendo transitar o assunto para a sessão seguinte, quando desempatou com o seu voto a favor de António Carvalho Farinha, que se viu obrigado a reconhecer por escritura pública uma dívida (ADB, n.º 16, p. 329-329v.). O acórdão é pouco esclarecedor quanto ao processo de escolha, bem como relativamente à dívida em causa. Como quase sempre acontece, quando existem situações que envolvem conflitos de interesses, a memória escrita não fornece informações necessárias a um total esclarecimento do assunto.

O vencedor solicitou, porém, o alívio do pagamento do aluguel da casa onde estava instalada a botica e sua residência, o que não foi deferido (ADB, 762, p. 125v.; 773, p. 71v.). Talvez, desagrado, tenha esmorecido e, no final do contrato, deve ter se despedido.

Em 1766, foi celebrado novo contrato com outro boticário, em virtude do falecimento do anterior. A escritura foi feita com José António Correia da Costa, anterior pretendente. O contrato transporta para escrito as obrigações enunciadas nas escrituras aceitas pelos anteriores boticários e esclarece a forma de trabalho do profissional. Apesar de a botica estar situada no rés do chão e com porta para o exterior, havia trabalho que era realizado no primeiro andar, onde estavam situadas as enfermarias de medicina e de cirurgia. Assim, o boticário só deveria subir ao referido andar para pesar as quantidades dos compostos e apenas quando fossem solicitados os seus serviços. Acrescentava-se que, em caso de necessidade de chamar um terceiro boticário para avaliar a botica, aceitava-se a maioria de votos, atitude pragmática e mais realista relativa ao contrato anteriormente assinado (ADB, n.º 776, p. 149v.-150).

O contrato agora assinado, contrariamente aos anteriores, fornece algumas informações sobre o espaço da botica e do seu mobiliário. Para além da estante, existiam também dois armários separados. Havia ainda quartos separados

com camas, supostamente para o boticário e o praticante, e um terceiro compartimento para as destilações. Neste último compartimento, existia uma estante onde se encontravam acomodadas as ervas e o local onde ardiam as fornalhas. A instalação dessa estrutura tinha sido bem pensada: por um lado, possuía ligação ao exterior e, por outro, existia uma passagem entre esta valência e a igreja e o claustro para aceder ao primeiro andar.

A botica foi avaliada em 412.766 réis, valor mais elevado que o anteriormente referido. Dava-se ainda a conhecer que a Misericórdia tinha vendido seis alambiques por ter informação dos “Doutores médicos e os Boticarios do Balanço não serem necessários para uso da Botica por haver novo methodo de destilaçoens mais conveniente a saúde e remedios para as enfermarias” (ADB, n.º 776, p. 151). Pelo aluguel da casa, o boticário pagaria 12 mil réis.

O inventário apresenta um maior número de frascos e panelas, acrescenta, à louça de Coimbra, louça de Prado e essencialmente novos livros por onde trabalhar: “a Pharmacopea de Dom Caetano, o livro de D. Felis Palacio e dois tomos Dios Cordes”. O investimento na nova farmacopeia é evidente e justifica a venda de utensílios já não utilizados.

O aumento da botica foi também uma necessidade. Entre as décadas de 60 e 80 desta centúria, existiram muitas doenças contagiosas que as atas da Mesa dão conta com regularidade. Esse maior volume de doentes e as moléstias de que padeciam precisavam de mais medicamentos. Por outro lado, nem sempre era possível realizar os pagamentos, como já anteriormente referimos, devido às dificuldades das cobranças que a instituição enfrentava.

Entretanto, a botica e o seu boticário eram fonte de preocupação para os gestores da confraria. Em julho de 1768, ordenaram uma devassa ao boticário, ameaçando José Correia de expulsão caso não se emendasse (ADB, n.º 16, p. 463). No ano seguinte, ordenaram a colocação de editais para arrematar a botica, pois Custódio Rodrigues Nogueira tinha largado o negócio (ADB, n.º 18, p. 209v.).

Ainda como consequência da devassa do ano anterior, mas agora enquanto resultado de nova inquirição, o boticário foi expulso, devido as “queixas e culpas” surgidas, o que originou a colocação de editais para provimento do lugar “em pessoa perita, e que cumprisse inteiramente a sua obrigasam” (ADB, n.º 16, p. 476v.), pois eram estas as exigências do corpo diretivo.

A botica, que até determinada altura não tinha ganhado grande significado no contexto da instituição, a partir de cerca de meados do século XVIII, assume algum protagonismo, quase sempre pelos problemas inerentes ao seu funcionamento e ao relacionamento com o boticário.

Na sequência da expulsão de José António Correia da Costa, em fevereiro de 1769, foi contratado Manuel da Silva, outro boticário. Nessa altura, a Santa Casa continuava a dar muito relevo a essa estrutura e mostrava-se exigente com os medicamentos fornecidos pelos boticários. No contrato sublinhava-se de forma reiterada a necessidade de fornecer bons medicamentos por metade do preço, seguindo o regimento do reino e respeitando as receitas dos médicos e cirurgiões. Estabeleceu igualmente procedimentos novos relativos à forma de o boticário atuar no fornecimento dos simples e dos compostos a fornecer às enfermarias. Assim, os que fossem para as enfermarias de cima estariam separados dos restantes, num armário fechado a duas chaves, que só possuíam o boticário e os enfermeiros. Essa exigência resultava da necessidade de não haver mistura entre os medicamentos do hospital e os do próprio boticário. Sublinhava-se a prontidão com que os medicamentos deveriam estar disponíveis para os doentes, o que resultaria igualmente de uma boa arrumação dos simples e compostos na botica. Relativamente aos balanços a fazer, estipulava-se a presença de dois boticários de reconhecido mérito: um pago pelo hospital e outro pelo boticário, o que era já habitual, mas acrescia agora a possibilidade de se chamar um terceiro se não houvesse acordo entre os dois, ou mesmo um quarto, fato que parece remeter para situações em que se tivessem verificado desinteligências e esta ocorrência (ADB, n.º 786, p. 157-157v.).

A conflituosidade anteriormente existente levou os irmãos a ter mais precauções, muito embora o texto apelasse para a concórdia e o apaziguamento, pois, como é referido, se fosse necessário chamar novos peritos, as despesas seriam repartidas entre as duas partes. A partir de agora o ato era também presidido pelo escrivão da confraria, e não pelo da Câmara, como acontecia até a data, não somente para se evitar o pagamento de mais uma despesa, mas também devido às muitas ocupações do edil. No entanto, a necessidade de reiterar esse princípio parece demonstrar que causou problemas com a edibilidade, pois era uma forma de esta manter a sua presença no hospital, o que, aliás, veio a confirmar-se com a presença do seu escrivão na feitura dos inventários.

Acresce ainda a novidade de o aluguel da casa para sua moradia ter descido para 9.600 réis anuais, talvez por falta de quem pagasse mais. O tempo era de dificuldades devido à inflação dos preços e as condições de vida de muitas pessoas pioraram (OLIVEIRA, 1980, p. 20). Recordar-se ainda que nesse período os legados chegados eram cada vez menos e as despesas com o hospital e com o setor das missas eram elevadas, preocupando sobremaneira os gestores da Santa Casa. Era, por conseguinte, preferível ter menos, mas possuir alguma receita.

O contrato previa ainda que, quando a botica fosse entregue pelo boticário ao hospital, os irmãos só aceitariam bons medicamentos, que estivessem capazes de ser administrados aos doentes, não os recebendo em outras condições. O mesmo era referido quanto às quantidades: ele deveria entregar as mesmas que tinha recebido no momento da entrega da botica. Estava também impedido de enviar remédios para os doentes sem receita prévia dos médicos ou dos cirurgiões (ADB, n.º 786, p. 158). Cabia ao boticário manipular os produtos, fazendo-o de acordo com as indicações que os referidos profissionais lhe davam. Assim, as questões levantadas pelos irmãos de Braga procuravam assegurar alguma tranquilidade no momento da entrega da botica, obrigando o boticário a procedimentos que não lesassem os interesses do hospital.

José António de Azevedo era o novo boticário em 1779, quando arrendou a botica, por falecimento do colega anterior, Manuel da Silva. O contrato não inova em nenhum aspecto, seguindo-se as exigências habituais. Em 1791, foi elaborada escritura de contrato com Domingos José Fernandes, clérigo *in minoribus* e morador na rua da Pedra, numa altura em que o próprio José António de Azevedo estava interessado em dar sequência ao negócio. No entanto, Domingos José Fernandes apresentou uma proposta de valor superior, e, perante a recusa do boticário da altura de pagar o montante oferecido pelo seu concorrente, a Misericórdia decidiu aceitar a melhor proposta e mudou de boticário (ADB, n.º 868, p. 133). A Santa Casa comprometia-se a instalar uma roda que fizesse ligação com o interior do hospital, de forma que os enfermeiros colocassem nela as requisições e recebessem os medicamentos, promessa que já vinha do ano anterior. Pelo menos desde 1740 existia uma roda na botica para aos enfermeiros pedirem e receberem os medicamentos. Todavia, com a mudança de instalações dessa estrutura, houve necessidade de edificar uma nova.

A concorrência verificada encontra-se desde meados dos anos 1700 e explica-se pelas obras realizadas no hospital e pelo aumento da capacidade de receber doentes. Na cidade existiam vários boticários, todos eles interessados em expandir o seu negócio (CAPELA, 1999, p. 205). Previa-se um maior lucro e esses profissionais estavam atentos ao que era disponibilizado. Essa situação manteve-se até o final do século e em 1790 as petições apresentadas por alguns boticários da cidade faziam prever esse desfecho (ADB, n.º 868, p. 169).

A forma como a Santa Casa lidou com a botica não foi linear e também nem sempre racional. Em 1792, procurou inverter a situação que nela se vivia e, depois de consultar os membros da Junta, decidiu administrar a botica por conta própria. A posição dos irmãos da Junta foi, contudo, curiosa. Este órgão

era convocado para ajudar a resolver problemas de grande responsabilidade, mas nesse caso resolveu não decidir e deixar ao arbítrio da Mesa a resolução. Nesse momento, a botica devia estar sem boticário, tendo o órgão diretivo mandado pagar uma quantia em dinheiro ao ex-boticário António José de Azevedo, que estava em dívida (ADB, n.º 21, p. 61-62).

Os mesários concordaram em contratar o Dr. Domingos José Fernandes para boticário, provendo-o no lugar; todavia, não chegaram a acordo quanto às cláusulas do contrato a realizar, em virtude de o assalariado não concordar com o que lhe era proposto. Assim, sem ocupar o lugar, foi substituído por António Luís Pacheco, boticário da rua Nova, que ficou a receber um salário de 230 mil réis anuais.

Após a colocação de editais para novo assalariado, nem sempre a decisão era consensual, como se verificou em 1794, quando foi preciso decidir a situação do boticário Manuel José Costa, que ocupava o lugar interinamente. O hospital tinha nessa ocasião a oferta do boticário Domingos José Fernandes, disposto ao desempenho do cargo por apenas 170 mil réis e de quem tinha havido boas informações. No entanto, a Mesa dividiu-se quanto ao assunto por considerar ser mais oneroso manter o boticário da altura a quem pagavam 200 mil réis, tendo, contudo, optado por conservá-lo no lugar com uma votação por maioria de votos. A tomada de posição era difícil, tanto mais que Afonso Manuel também tinha licitado o cargo pelos mesmos 200 mil réis.

Depois de resolvida a questão, foi necessário atender aos pormenores do contrato, sublinhando-se a necessidade de residir no hospital, alegando-se a existência de prejuízos se assim não acontecesse. Era-lhe também imposto o encerramento da sua botica, por ser lesiva aos interesses do hospital, uma vez que era concorrente da instituição na venda dos medicamentos ao público (ADB, n.º 21, p. 126). Frente a essas condições, exigiram-lhe que residisse dentro do hospital e encerrasse a sua botica (ADB, n.º 21, p. 63, 65-65v., 125). Desconhecemos o desfecho desse caso, pois encerrar o seu estabelecimento trazia-lhe, por certo, grandes inconvenientes financeiros. Todavia, em 1798, o boticário era Manuel José Costa, que, à semelhança de outros assalariados do hospital, foi gratificado com meia moeda de ouro pelo muito trabalho tido com os soldados internados com mal céltico. Para além dos doentes civis, nessa altura, São Marcos tratou também muitos militares, embora a cura destes últimos fosse paga pela Fazenda Real. A permanência do boticário parece provar a desistência de manter a sua botica, a não ser que os mesários tenham mudado de posição.

A necessidade de mais dinheiro para o hospital, que se encontrava numa situação insustentável em termos financeiros, levou os mesários a maiores exigências em todas as suas valências, mas, logo que a tempestade amainava, gastava-se sem prevenir o futuro, o que acabava também por se refletir na botica. O rigor e as sucessivas menções de obrigatoriedade para cumprir as cláusulas acordadas exigidas aos profissionais que trabalhavam na botica espelham a dificuldade de lidar com um setor muito importante e sensível, refletida nos acordos e desacordos existentes entre as partes.

NOTAS FINAIS

O estudo do fornecimento de medicamentos aos doentes internados no hospital da Misericórdia de Braga não se encontra facilitado para o século XVI, quando era fornecido pelos boticários da cidade e não possuía botica própria. Conhece-se através dos livros de despesa algum, mas pouco investimento nesse setor, o que parece estar de acordo com a função hospitalar nesse período. Na centúria seguinte, a instituição mudou de estratégia e instalou uma botica, que sabemos estar em funcionamento em 1683, porém encerrou-a em data também desconhecida. Só a partir de 1700 se assiste a um maior investimento no tratamento dos males do corpo. Essas mesmas informações são referidas para outras instituições congêneres.

O advento do século XVIII e a forte pressão exercida pelos doentes nos hospitais os obrigaram não somente a ampliar e reformar as instalações, como a colocar boticas nas suas instalações. A dinâmica e as possibilidades de cada um ditaram o processo, mas o que parece evidente é que quem podia tomou a resolução de, mais cedo ou mais tarde, se tornar autônomo e procurar gastar menos nesse setor.

No Hospital de São Marcos de Braga passou a existir novamente botica desde 1734. Inicialmente, a confraria era servida por um boticário, a quem pagava um salário, mas posteriormente alterou a sua estratégia e alugou essa estrutura a um profissional, fazendo contratos de cinco anos, o que mais tarde foi também mudado, passando a operar com escrituras de validade anual. Dessa forma, a instituição podia alterar de boticário quando lhe fosse conveniente, sem precisar aguardar um prazo de tanto tempo. Essa alteração foi transversal a todos os assalariados e visava a um maior controle sobre eles, colocando-os mais dependentes da instituição.

Na sequência da mudança de estratégia, são conhecidos vários profissionais na botica do hospital, permanecendo vários deles alguns anos na instituição,

mesmo até a sua morte. Sempre que havia rotação de boticário, era elaborado um inventário da botica, conhecendo-se as condições em que deviam trabalhar e as obrigações que tinham perante a Misericórdia. A sua análise possibilita concluir que a Santa Casa se foi tornando mais exigente e cautelosa, ganhando experiência com alguns problemas ocorridos, ao mesmo tempo que se tornou mais impositiva. Essa sua atitude prende-se ainda com o fato de existir muita concorrência desses profissionais em Braga, o que lhe possibilitava ser mais exigente.

Nessa mudança de profissionais conhecemos uma mulher, esposa de um boticário falecido, que decidiu dar continuidade à atividade do marido, arrendando a botica e tendo nela um assalariado. A experiência não correu bem e, logo que pôde, a Santa Casa dispensou Josefa Maria Caetana de Sousa, acusando-a de maus serviços por ser mulher.

À medida que a segunda metade do século XVIII avançou, cresceu também o número de interessados na botica de São Marcos. Sempre que era colocado um edital, existiam vários pretendentes, sentindo-se uma forte concorrência entre os profissionais existentes na cidade. São Marcos era na altura o único hospital em Braga, sofreu obras de remodelação nesse período, tornando-se uma grande instituição. A sua botica tinha sido igualmente alvo de intervenção, ganhando novas dimensões e maior capacidade para responder às solicitações da instituição, mas também da população da cidade.

Em 1792, a Santa Casa mudou uma vez mais de estratégia e voltou a fazer a exploração direta da botica, mantendo um boticário assalariado. Essa alteração esteve muito provavelmente associada às dívidas que recorrentemente tinha com os boticários, procurando, dessa forma, controlar um setor-chave e mantê-lo mais rentável. As exigências colocadas aos profissionais que trabalhavam na botica espelham a dificuldade de lidar com um setor muito importante e sensível, refletida nos acordos e desacordos existentes entre as partes.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital de Braga – ADB

Fundo da Misericórdia: Livros n.^{os}: 10, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 21, 471, 657, 658, 706, 707.

Nota Geral: Livros n.^{os}: 171, 189, 671, 680, 711, 718, 722, 728, 738, 742, 746, 756, 757, 762, 773, 776, 786, 868.

REFERÊNCIAS

ABREU, L. *Memórias da alma e do corpo: a Misericórdia de Setúbal na Modernidade*. Viseu: Palimage, 1999.

_____. *Pina Manique: um reformador no Portugal das luzes*. Lisboa: Gradiva, 2013.

ALMEIDA, D. S. *O trato das plantas: os intermediários da cura e o comércio de drogas na América portuguesa, 1750-1808*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

ARAÚJO, A. P. A. D. *A arte de curar no Mosteiro de Tibães*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Minho, Braga, 2010.

ARAÚJO, M. M. L. *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.

_____. O tratamento das boubas no hospital de S. Marcos de Braga na Época Moderna. In: PÉREZ ÁLVAREZ, M. J.; ARAÚJO, M. M. L. *La respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica durante la Edad Moderna*. León: Universidad de León, 2014. p. 31-53.

BARREIRA, A. J. B. *A assistência hospitalar no Porto, 1750-1850*. Tese (Doutorado) – Universidade do Porto, Porto, 2002.

BRAGA, I. R. M. D. *Assistência, saúde pública e prática médica em Portugal: séculos XV-XIX*. Lisboa: Universitária Editora, 2001.

CAPELA, J. V. *Fidalgos, nobres e letrados no governo do município bracarense: a administração económica e financeira da Câmara no apogeu e crise do “Antigo Regime”*. Braga: ICS, 1999.

CASTRO, M. F. *A Misericórdia de Braga: a assistência no hospital de S. Marcos*. Braga: Santa Casa da Misericórdia e Autora, 2008. v. 4.

CHAKRABARTI, P. *Materials and medicine: trade, conquest and therapeutics in the eighteenth century*. Manchester: Manchester University Press, 2010.

COSTA, A. F. S. *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães 1650-1800: caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII e XVIII*. Guimarães: Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999.

- COSTA, F. D. *A Guerra da Restauração 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- CRISTÓVÃO, F.; AMORIM, M. A. A botica da Misericórdia de Montemor-o-Novo. A longa história das mezinhas curativas e a sua fundação em 1781. In: FONSECA, J. (Org.). *A Misericórdia de Montemor-o-Novo: história e património*. Montemor-o-Novo: Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, 2008. p. 99-113.
- DIAS, J. P. S. *Droguistas, boticários e segredistas: ciência e sociedade na produção do medicamento em Lisboa de Setecentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007.
- ESTEVES, A. Boticas e boticários no distrito de Viana do Castelo no século XIX. In: PÉREZ ÁLVAREZ, M. J.; ARAÚJO, M. M. L. *La respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica durante la Edad Moderna*. León: Universidad de León, 2014. p. 11-30.
- FERNANDES, P. S. C. *O hospital e a botica da Misericórdia de Penafiel 1600-1850*. Penafiel: Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, 2016.
- HUFTON, O. Mulheres, trabalho e família. In: FARGE, A.; DAVIS, N. Z. (Org.). *História das mulheres: do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afrontamento, 1991. p. 23-69.
- JARDIM, M. D. R. *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal no século XVIII*. Coimbra: Centro de Estudos de História do Atlântico; Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1997.
- LINDEMANN, M. *Medicina e sociedade no início da Europa Moderna*. Cambridge: Cambridge University, 2002.
- MAGALHÃES, A. *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*. Viana do Castelo: Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2013.
- MARQUES, J. A botica do Mosteiro de Santa Maria de Landim – 1770. In: ENCONTRO CULTURAL DE S. CRISTÓVÃO DE LAFÕES, 3., 2008, São Cristóvão de Lafões. *Anais...* São Cristóvão de Lafões: [s.n.], 2008. p. 25-58.
- OLIVEIRA, A. *Capítulos de história de Portugal*. Viseu: Palimage, 2015. v. 2.
- OLIVEIRA, A. Renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (séculos XVII-XVIII): alguns aspetos e problemas. *Revista de História Económica e Social*, n. 6, p. 5-56, 1980.

- PAIVA, J. P. O arcebispo D. Diogo de Sousa e a Misericórdia de Braga. In: REIS, B. (Org.). *500 anos de história das Misericórdias: atas do Congresso Internacional*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2014. p. 79-88.
- PITA, J. R. *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*. Coimbra: Minerva, 1996.
- PITA, J. R.; PEREIRA, A. L. A arte farmacêutica no século XVIII: a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro). *Ágora: Estudos Clássicos em Debate*, v. 14, n. 1, p. 227-268, 2012.
- _____. A história da farmácia em Portugal: o estado da arte. O projecto interdisciplinar do CEIS20. In: _____. (Org.). *Rotas da natureza: cientistas, viagens, expedições, instituições*. Coimbra: Imprensa Universitária, 2006. p. 79-88.
- RAMOS MARTÍNEZ, J. *La salud pública y el Hospital General de la Ciudad de Pamplona en el Antiguo Régimen (1700-1815)*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 1989.
- RHIEDER, P. Medicalisation out of context: public institutions and medical agency in Geneva during the early Modern Period. In: RUBIO PÉREZ, L. M. *Instituciones y centros de reclusión colectiva: formas y claves de una respuesta social (s. XVI-XX)*. León: Universidad de León, 2012. p. 239-250.
- SÁ, I. G. *As Misericórdias portuguesas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2014.
- VIÇOSO, M. I. *História da Misericórdia de Chaves: 500 anos de vida*. Chaves: Santa Casa da Misericórdia de Chaves, 2007.